

FACES E CONTRA-FACES DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO/PR

FACES AND COUNTER-FACES OF THE FIELD-CITY RELATION IN MUNICIPALITY OF FRANCISCO BELTRÃO/PR

Marcos Leandro Mondardo

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

Toda colonização traz consigo os mesmos mecanismos estruturais. Primeiro, projeta-se através dos mapas a delimitação da fração do território a ser tomada. Em seguida, todos os meios são válidos para justificar a conquista. Esse processo traz em seu bojo o conflito entre etnias e/ou classes ou frações de classe que sempre culminam com a domesticação cultural. “Domesticados”, os novos trabalhadores da fronteira são submetidos à dominação. Dominação essa que se estrutura através das empresas de colonização e se consolida com a sua herança; a emancipação desses projetos de colonização e a sua transformação em municípios. O Estado que vai se constituindo é a expressão da dominação existente. Os proprietários das colonizadoras tornam-se os novos “coronéis” da política local.

*A agricultura camponesa no Brasil -
Ariovaldo Umbelino de Oliveira*

Resumo: A relação campo-cidade é importante para compreendermos a singularidade espacial de determinado território. Desse modo, este artigo apresenta-se como uma contribuição no intuito de analisar e discutir aspectos da relação campo-cidade, de modo especial, no município de Francisco Beltrão, localizado no Sudoeste do estado do Paraná. Francisco Beltrão, entre o período de 1900 a 1940, teve uma relação campo-cidade com dimensão quase incipiente, predominava uma “economia cabocla”, voltada à subsistência. A partir de 1950, ocorreu uma migração para o município de Francisco Beltrão, oriunda dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que alavancou e intensificou o relacionamento entre campo e cidade, direcionado pela intervenção do Estado. A partir de 1970, surgem novos elementos no campo e na cidade que transformam e modificam a relação entre esses “dois territórios”: modernização da agricultura, industrialização, urbanização e emigrações. Atualmente, a relação campo-cidade se dinamiza, principalmente pela ação das indústrias. Inicialmente, a industrialização começou na cidade, mas, a partir da década de 1970, esta se expande também no campo, através da compra de terras e na atuação/expansão da atividade agroindustrial.

Palavras-chave: Francisco Beltrão/PR. Relações campo-cidade. Migrações. Modernização da agricultura. Industrialização.

Abstract: The field-city is important to understand the uniqueness of space given territory. Thus, this article is presented as a contribution in order to analyze and discuss aspects of the relationship field-city, in particular, in the municipality of Francisco

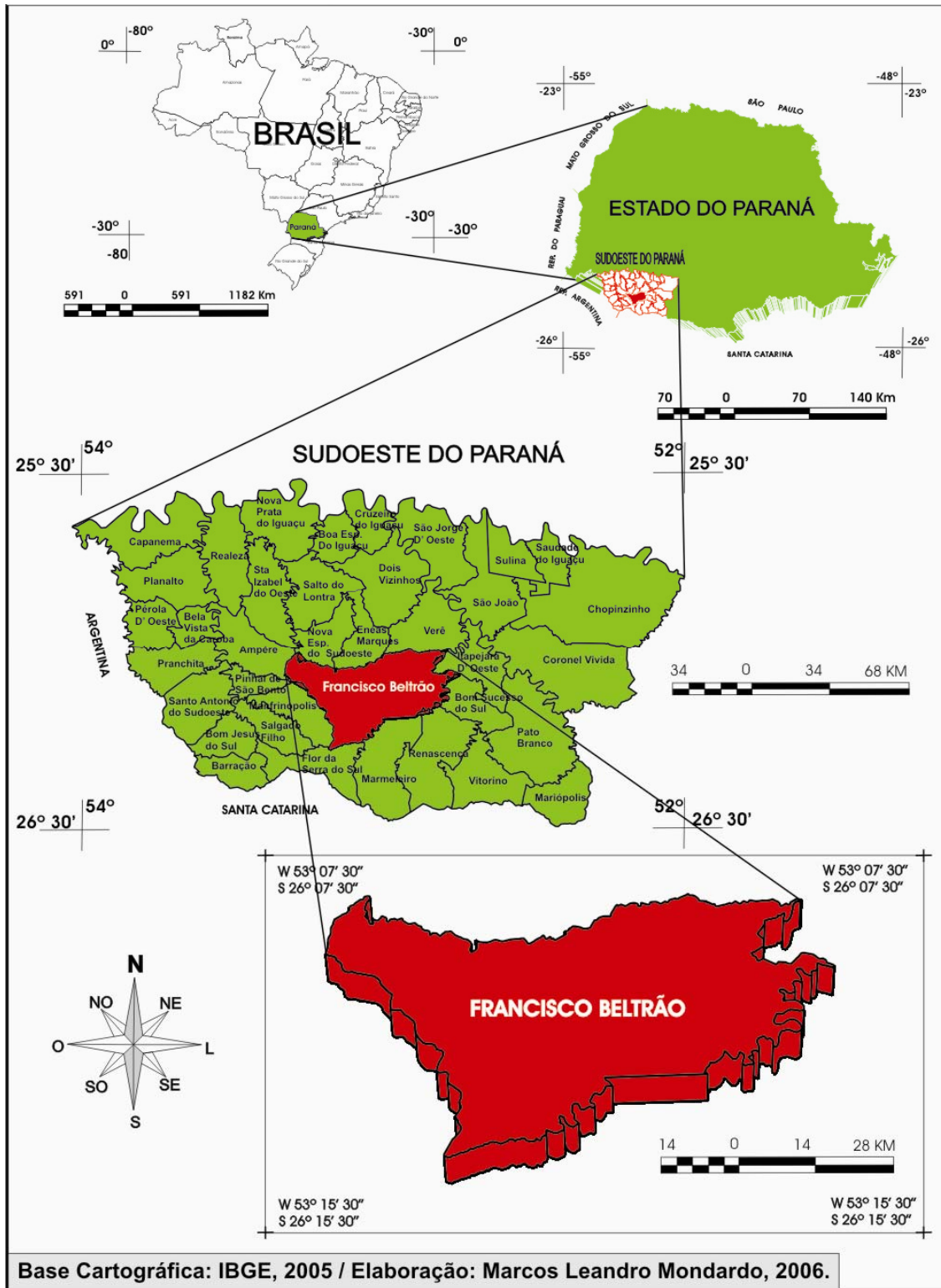
Beltrão, located in the Southwest in the state of Parana. Francisco Beltrão, between the period of 1900 to 1940, had a field-sized city with almost incipient, prevailing an "economy cabocla", focused on survival. From 1950, there was a migration to the municipality of Francisco Beltrão, coming from the states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, which advanced and intensified the relationship between country and city, targeted by the intervention of the state. As of 1970, there are new elements in the field and in the city that transform and change the relationship between these "two territories": modernization of agriculture, industrialization, urbanization and emigration. Currently, a relationship field-city dynamizes it, mainly for the action of the industries. Initially, an industrialization began in the city, but, starting from the decade of 1970, this it is also expand any field, through the purchase of lands and in the actuation/expansion of the activity agroindustrial.

Key-words: Francisco Beltrão/PR. Relationships field-city. Migration. Modernization of agriculture. Industrialization.

Introdução

Observando a produção do espaço geográfico podemos apreender as inúmeras relações que são desenvolvidas, historicamente, entre campo e cidade. São relações com pessoas e objetos. São relações que se complementam, que se inter-relacionam na trocas (materiais e imateriais), na complementaridade do vivido. A vida se fazendo e produzindo espaço. Espaço que também é variado como campo e cidade, mas, que também são espaços em constante processo de relações e (trans)formações. Campo alimentando cidade e cidade alimentando campo com objetos e pessoas. São formas-conteúdos que estão sempre em processo relacional do mesmo movimento: a *vida*. Nesse sentido, o campo não está isolado da cidade, haja vista que as estradas permitem à circulação de pessoas, mercadorias, informações e idéias, havendo, assim, as relações imbricadas e complementares entre campo e cidade.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é compreender como ocorrem as transformações nas relações entre os homens que vivem *no* e *do* campo e, dos que vivem *na* e *da* cidade, e como tal processo se desdobra no espaço geográfico, tendo especialmente, como recorte espacial para a presente reflexão, o município de Francisco Beltrão, localizado no Sudoeste do Paraná (Mapa 1).



Mapa 1 – Localização do Município de Francisco Beltrão

Objetivamos compreender as relações *entre* campo e cidade, a partir, das redes de comunicação (principalmente de comercialização, de circulação de mercadorias e de pessoas), e as redes de informação (inclusive o controle que o Estado exerce sobre o território), que relacionam as relações entre campo-cidade e, transformam o espaço geográfico do município de Francisco Beltrão em dois períodos históricos distintos: de 1900 a 1940 e de 1940 a 2000. Buscaremos abordar, portanto, nas relações campo-cidade, os fatores políticos, econômicos e culturais.

Assim, entendemos que o estudo das relações campo-cidade no município de Francisco Beltrão é de suma importância, para conhecermos a *trama* entre as “forças” (internas e externas), e os atores que produzem e transformam estes complexos espaços. Para isso, ensejamos refletir sobre que condições *historicamente* foram criadas, ampliadas e/ou reduzidas, as intensidades de relacionamento entre campo e cidade no município de Francisco Beltrão, Paraná.

Relações campo-cidade: faces e contra-faces

De acordo com Corrêa (1989), as relações campo-cidade ao longo da história têm sido estudadas por historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e geógrafos, porém, cada área da ciência com sua objetivação. Pode-se verificar que a diversidade de contribuições direcionadas ao estudo da relação campo-cidade, rural-urbano, não se esgotou e tampouco há um consenso entre os pesquisadores sobre o tema.

Neste sentido, é interessante apresentar o conceito de relações campo-cidade que se encontra na análise de Marx e Engels (1998). Em *A ideologia alemã*, estes autores analisam esta questão a partir da relação social de produção existente. Consideraram a divisão social do trabalho: a separação do trabalho industrial e comercial, de um lado (na cidade), e do outro, o trabalho agrícola (no campo). Estes autores entenderam que esta relação é marcada pela *oposição* de interesses das classes sociais que vivem no campo com as que vivem na cidade, mas, o que não impede que estes interesses se *unam* em determinadas situações e contextos com interesses em comum.

Marx (2002), no livro primeiro de *O Capital*, entende que nas relações campo-cidade, o campo se torna fonte de matéria-prima para indústria em geral localizada na cidade (cita o caso da lã de ovelha usada na indústria têxtil na Inglaterra), além de

liberar grandes contingentes de camponeses. Estes, ao serem separados da terra e dos seus instrumentos de trabalho, são lançados às cidades para constituírem a mão-de-obra, a força de trabalho utilizada na indústria.

Assim, a idéia de uma *dialética* entre campo e cidade é demonstrada na análise feita por Marx. Nesta perspectiva de análise, se colocava como distintas essas duas realidades, a fim de se explicar as diferentes classes sociais e as contradições no interior destas, mas, que também, demonstra que campo e cidade estão sempre em processo de troca, de inter-relações.

Kautsky (1986), em *A questão agrária*, ao analisar a inserção do modo capitalista de produção na agricultura, entende que o camponês torna-se subordinado a uma burguesia citadina, pois a agricultura passa a depender de insumos adquiridos na cidade (adubos, sementes, rações etc), além do crédito hipotecário, que permite a exploração do camponês pelo capitalista financeiro. Este autor entende que a relação campo-cidade é desfavorável aos camponeses ao torná-los dependentes e submissos aos comerciantes, industriais, bancários, que vivem na cidade.

Lefebvre (2004), em *O direito à cidade*, entende que ao longo do tempo histórico a relação campo-cidade mudou, por volta dos anos 1960, quando o autor realizou parte de seus estudos, a cidade se tornou um centro de decisão. Nesse sentido, a exploração das classes citadinas, sobre as classes que vivem no e do campo se tornou mais *sutil*, mas “seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o” (LEFEBVRE, 2004, p. 69).

Contudo, diferentemente das idéias defendidas por estes autores clássicos, como Marx, Kautsky, Lefebvre, entendemos que o campo não deve ser visto como resquício em vias de desaparecimento e nem a cidade como *locus* do moderno. Ambos devem ser apreendidos numa visão dialética, haja vista que cada um tem suas especificidades, mas, com extrema relação recíproca. Além disso, o campo não é sinônimo de rural e, tampouco a cidade abarca apenas o urbano. O rural e o urbano expressam o modo de vida e os valores, enquanto o campo e a cidade correspondem à *materialização* desses modos de vida. Portanto, os valores urbanos estão presentes no campo, assim como também encontramos os valores rurais na cidade.

Com a evolução globalizante da sociedade novas mudanças se processaram (e se processam constantemente) implicando em novas relações campo-cidade, marcadas

pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, bem como pelo crescimento das atividades e rendas não agrícolas entre os residentes rurais. A técnica, a ciência e a informação são peças-chaves do período atual, acarretando uma maior competitividade dos lugares (SANTOS, 1997).

Neste contexto, Silva (1998) afirma que o campo e a cidade são territórios econômicos-políticos interdependentes e articulados. Para Bagli (2004), o campo e a cidade não são dois pólos extremos, mas construções humanas permeadas de (con)tradições e especificidades, vinculadas ao seu uso.

Isso leva a refletir que a cidade e o campo são construções socioespaciais, que devem ser analisados e fortalecidos por seus contextos, situações e singularidades. Ambos não são semelhantes e não podem ser compreendidos como regidos pela mesma lógica, pois, no urbano o artificial e a velocidade dos acontecimentos se processam num tempo rápido. No campo, o tempo é mais lento, as relações sociais estão mais centradas na proximidade, no cotidiano e num maior contato com a natureza. Aliado a isso, Alentejano (2003), reitera que no campo a relação com a terra é uma das principais características, embora, deva-se fazer a ressalva que, com o agronegócio, o campo altera, em certa medida, sua velocidade pela implementação de máquinas, cada vez mais rápidas, no processo de produção, e, também, com a modificação genética de muitas plantas que conseguem se desenvolver mais rápido.

Essa intensidade das relações entre campo e cidade e, assim, essa proximidade entre ambos os espaços, ajuda na maior presença do artificial e do consumismo no campo. No período contemporâneo, não se pode considerar o campo e a cidade dois mundos separados, antagônicos, já que estamos num mundo de relações de complexidade e diversidade e, que, o rompimento de barreiras espaciais, é fator imprescindível para a circulação da produção. Assim, é um equívoco buscar delimitar com precisão o campo e a cidade. Para Silva (1998), a cidade e o campo são espaços territoriais, tanto no âmbito econômico, político e cultural, possuindo relações de interdependência e de complementariedade.

A partir disso, consideramos o campo e a cidade como construções socioespaciais distintas, mas não dicotômicas. A visão setorial-agrícola que perdura nos projetos de desenvolvimento rural acaba por negar o dinamismo e a multiplicidade de funções, dimensões e atividades desenvolvidas no campo. O desenvolvimento rural necessita de

uma visão dialética e abrangente que incorpore as potencialidades e os atores sociais presentes tanto no campo como na cidade. O local, por sua vez, permite o encontro dos dois espaços (campo-cidade), como explicita Wanderley (2001, p. 12) ao afirmar que: “nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte de integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos”.

O período de ocupação “cabocla” e o “início” das relações campo-cidade no município de Francisco Beltrão (1900 – 1940)

A região Sudoeste do Paraná – onde se localiza o município de Francisco Beltrão -, de acordo com Wachowicz (1985, p. 65), no início do século XX, era um “imenso vazio demográfico. Sua população atingia apenas 3.000 habitantes” e era constituída por antigos “peões” de fazendas do município de Palmas no Paraná e de alguns refugiados da justiça, dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para Corrêa (1970a, p. 87), “o Sudoeste paranaense foi habitado, antes da vinda dos colonos, por uma população de origem luso-brasileira que se dedicava a algumas atividades extensivas”. O autor relata, ainda, que esses “pioneiros anônimos” foram conhecidos genericamente como caboclos¹, pela população de colonos (gaúchos e catarinenses, principalmente) que mais tarde ocupou a região.

De acordo com Steca e Flores (2002, p. 30), no ano de 1858, já existiam na região Sudoeste do Paraná “caboclos e alguns estrangeiros aculturados, os quais pouco faziam além de prover às suas próprias necessidades imediatas. Faltavam meios de transporte e de comunicação com o mundo exterior”.

Padis (1981, p. 147) afirma que a primeira iniciativa de povoamento da região Sudoeste paranaense, se deu por volta de 1878, através da iniciativa governamental, com a criação de 18 núcleos populacionais, quando se tentou povoar regiões próximas ao município de Guarapuava.

Esta ocupação, para Souza (1980, p. 61), tratava-se de iniciativas dos governos estadual e federal, visando firmar a posse territorial da região Sudoeste do Paraná. Neste período (1900 a 1940), desenvolveu-se uma economia madeireira complementada por uma pecuária extensiva e pela extração da erva-mate, sendo que estas atividades, por

sua própria natureza, não favoreciam o aumento rápido da densidade populacional. De forma que esta população, por falta de recursos básicos (principalmente estradas), não fixou contingentes populacionais expressivos nesta região. Logo, o insucesso foi imediato, pois parte desta população ali instalada deslocou-se para a região do município de Ponta Grossa-PR, que foi, no referido período histórico, denominada de rota do tropeirismo.

Até o início de 1940, essa ocupação regional foi incipiente, resultante de um relativo isolamento. A região permaneceu praticamente estagnada e sua economia se restringia, praticamente, à subsistência.

A área onde se desenvolveu o povoado denominado de “Vila Marrecas” (que em 1952 se tornou município, e passou a se chamar oficialmente de Francisco Beltrão) foi ocupada, intensamente, a partir de meados da década de 1940, quando o Presidente da República Getúlio Vargas criou a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), com objetivo de colonizar a região Sudoeste do Paraná. Para isso, a vinda de agricultores foi incentivada. Estes eram oriundos, sobretudo, do estado do Rio Grande do Sul: “cada dia entravam 10 a 20 famílias, em Francisco Beltrão, muitas delas sem o controle da CANGO”. (WACHOWICZ, 1985, p. 200).

Assim, de acordo com Abramovay (1981, p. 29), o município de Francisco Beltrão, até a década de 1940, tinha uma economia baseada na produção agropecuária. Tratava-se de uma economia praticamente voltada para a subsistência, o que o referido autor chamou de “economia cabocla”. Neste sentido, as relações do caboclo com a cidade, neste momento, eram incipientes. O caboclo vendia um pequeno excedente da produção agrícola (milho, feijão, mandioca etc), além de alguns produtos derivados de caças, como peles de animais, por exemplo, e, também, uma produção de porcos, através da “safra”. Esses produtos eram vendidos, por vezes, no comércio dos povoados, ou, até mesmo, trocados por outros produtos, tais como sal, querosene e tecidos. Além disso, estes produtos eram comprados em quantidades pequenas, pela pouca existência destes habitantes na região.

A ocupação dirigida do município de Francisco Beltrão e a intensificação da relação campo-cidade (1940 – 2000)

Na primeira metade da década de 1950, ocorre a chegada maciça de um grande fluxo de migrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Sudoeste do Paraná. Esta ocupação se deu com a “substituição” e/ou imposição das relações dos colonos migrantes em contraposição aos posseiros caboclos, habitantes, que até então, predominavam de forma rarefeita na região²: “A população explodiu de 476 famílias em 1947, subindo para 2.725 em 1956”, no Sudoeste do Paraná”. (FERES, 1990, p. 497).

De acordo com Lazier (1998, p. 38), neste processo a CANGO ajudava os colonos migrantes, desde a compra da terra até sua instalação, preparação da terra, sementes e com assistência técnica especializada, para que os agricultores pudessem fixar-se e produzir para sobreviver neste novo território.

O fluxo migratório continuou crescendo. Entre as décadas de 1950 e 1960, o fluxo de migrantes era muito maior que a capacidade de atendimento da CANGO. Para se ter noção da intensidade deste fluxo migratório, de acordo com Corrêa (1970b, p. 32) “a população do Sudoeste passou de 76.376 habitantes, em 1950, para 230.379 habitantes, em 1960. A taxa de crescimento populacional no Brasil, nessa mesma época, era de 3,12%, a do Estado do Paraná de 7,23% e, a do Sudoeste de 12,4%”.

Para Padis (1981, p. 498), no ano de 1956, o município de Francisco Beltrão contava com 15.248 pessoas. Deste modo, através do crescimento populacional, as relações campo-cidade começavam a se estabelecer de maneira mais intensa e complexa. Nesse sentido, esse migrantes gaúchos e catarinenses,

no Sudoeste paranaense, procuraram reproduzir características do cultivo agrícola e da prática artesanal, hábitos e costumes culturais, aspectos políticos, reterritorializando-se, ou seja, construindo *novos* territórios e territorialidades em suas vias diárias. Isso deu um *novos* desenho territorial, *novos* contornos, formas e conteúdos, fruto de um processo específico de apropriação e produção territorial, tanto econômica, como política e culturalmente. Edificam o rural e o urbano, relações entre ambos, entre os rurais e entre os espaços urbanos. (SAQUET, 2006, p. 162, grifo do autor).

Entre 1940 a 1960 (período de chegada intensa de migrantes riograndenses e catarinenses, incentivados, principalmente, pela CANGO), houve a abertura de estradas, tanto na cidade de Francisco Beltrão, como em todo o interior do município. Isso ocorreu em virtude do aumento da população e da necessidade de escoamento da

produção agrícola, que aumentava com a chegada destes migrantes e pressionava o aumento da comunicação entre campo e cidade.

Para Padis (1981, p. 499), o afluxo de colonos deu impulso ao surgimento de novas comunidades rurais, atraindo também um considerável contingente de bodegueiros, comerciantes atacadistas-expedidores e caminhoneiros, além, de criar um movimentado circuito de compradores-vendedores ambulantes dentro de Francisco Beltrão. Grande parte do comércio era realizado de forma elementar, entre o produtor e o bodegueiro (comerciante). Corrêa (1970b) destaca, na distribuição de produtos no Sudoeste do Paraná três tipos básicos de atores: o comerciante coletor-distribuidor, o comerciante exclusivamente distribuidor e o pequeno fabricante, localizados nas cidades, principalmente, em Francisco Beltrão e Pato Branco.

Neste contexto, a partir de 1940 até 1960, a população da região Sudoeste do Paraná, e conseqüentemente de Francisco Beltrão, elevou-se consideravelmente, transformando o espaço geográfico regional com o surgimento de diversos atores – no campo e na cidade –, que dinamizaram as relações entre campo e cidade. Assim,

todos esses agentes faziam ligações econômicas (simbólicas, pois o mercado também significa signos e símbolos, imaginário, desejo...) entre os chamados *colonos* e os *cidadinos*, constituindo uma trama de relações, interligações, redes, entre diferentes setores, lugares e pessoas. Substantivavam territórios e territorialidades na formação do Sudoeste do Paraná, espaços de domínio, especialmente, dos comerciantes, através de redes de circulação e comunicação. (SAQUET, 2006, p. 166 ,grifo do autor).

A estrutura fundiária e a produção agropecuária, de certa forma, foram uma condicionante para determinar a “intensidade” da relação campo-cidade no período evidenciado. A partir do IBGE (1960), verifica-se que Francisco Beltrão tinha uma produção no campo marcada pela policultura, bem como pela criação de grandes e pequenos animais (bovinos, suínos, galinhas etc.). Por exemplo, no ano de 1960, 96,45% dos estabelecimentos rurais cultivavam milho e 90,90% cultivavam feijão. Desse modo, o feijão era usado na alimentação humana e o milho era usado para alimentar as pessoas e os animais. De acordo com o IBGE, em 1960, 17,34% dos estabelecimentos rurais de Francisco Beltrão detinham menos de 10 hectares de área e, apenas 2,26% possuíam mais que 100 hectares de área. Este fator de se cultivar vários tipos de culturas agrícolas (policultura), bem como criar animais para produzir carnes, ovos, leite, fonte de tração para o trabalho etc., num mesmo estabelecimento rural,

condicionou uma certa independência econômica da família do camponês frente à economia da cidade.

No município de Francisco Beltrão, em 1960, de acordo com o Censo Industrial do IBGE, havia 41 estabelecimentos industriais atuando no ramo madeireiro, o que equivalia a exatamente 50% do total de estabelecimentos industriais do município. As serrarias foram o principal ramo de indústria da época o que proporcionava uma relação “direta” com a economia do campo, no caso, com o extrativismo vegetal de onde saía a madeira, matéria-prima dessas indústrias.

Já o comércio em 1960 se destacou, principalmente, com os estabelecimentos chamados de “secos e molhados”, que vendiam desde alimentos e roupas bem como compravam produtos dos agricultores. De acordo com Martins (1986, p. 26), no ano de 1956, no município de Francisco Beltrão havia 53 estabelecimentos de secos e molhados, o que equivalia a 27,32% do total de estabelecimentos, ou seja, da soma de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços. As relações de troca entre campo e cidade, efetivamente, teriam começado a se intensificar na década de 1970.

Outro fator marcante refere-se ao uso de fertilizantes na agricultura de Francisco Beltrão. Até 1960, praticamente não se observa a relação de compra de fertilizantes por parte dos agricultores. De acordo com o IBGE, em 1960, apenas 0,16% dos estabelecimentos rurais compravam fertilizantes e todos usavam fertilizantes orgânicos, que eram produzidos no próprio estabelecimento rural (a partir de estrumes de animais).

Contudo, em 1970, já existiam 11,09% dos estabelecimentos rurais que usavam fertilizantes e, destes, 70,11% eram adubos químicos, comprados no comércio na cidade. Em 1975, este número eleva-se para 69,64% dos estabelecimentos com uso de adubação química e, em 1995/96, 81,83%!

Para Kautsky (1986, p. 45), a adubação é necessária devido ao esgotamento do solo, mas submete a agricultura aos interesses do capitalismo, pois a compra dos adubos químicos constitui um encargo adicional para a agricultura que não provém da natureza, mas se revela decorrente das condições sociais existentes: “o progresso da técnica agrícola, longe de equilibrar esse prejuízo [pobreza do solo], não passa de um método aperfeiçoado de exaurir cada vez mais o solo (aumentando o déficit de nutrientes do solo), canalizando os mesmos para a cidade”. (KAUTSKY, 1986, p. 189).

Neste contexto, a compra de fertilizantes no comércio citadino acaba por tornar o agricultor dependente do comércio da cidade, pois parte da renda retirada da terra (por meio do trabalho do agricultor) vai para as mãos dos comerciantes. A renda é desviada, ou seja, “canalizada” para a cidade.

Além disso, para Kautsky (1986, p. 53), não somente a aquisição de fertilizantes, mas o *crédito rural* por meio de empréstimos ou financiamentos destinados à agricultura, se tornou uma outra forma de submissão do campo à cidade (dos homens do campo aos homens da cidade), pois os capitalistas que vivem do *juro*, a partir de empréstimos concebidos diretamente aos agricultores ou indiretamente (por via de bancos), em geral, moram na *cidade*. Assim, a renda do campo é *drenada* para a cidade.

Em 1960, de acordo com o IBGE, em Francisco Beltrão apenas 1,36% dos estabelecimentos rurais havia contraído financiamento e, todos de particulares. Em 1970, 10,02% dos estabelecimentos rurais receberam financiamentos e, destes, 63,23% de entidades do governo. Em 1980, eram 42,26% dos estabelecimentos que receberam financiamentos, sendo, que, 93,07% de entidades do governo.

Neste contexto, esses empréstimos, antes de se constituírem uma solução, apresentaram-se como *problema*, impedindo, até mesmo, a permanência (pelo endividamento) no campo. Sobre essa *subordinação* do camponês ao financiamento e, assim, ao endividamento, Martins (1980) afirma que

apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no Sul e no Sudeste, é que sub-repticiamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado capitalista. (MARTINS, 1980, p. 60).

Sendo assim, um dos principais fatores para algumas relações econômicas em Francisco Beltrão foi a transformação técnica da produção agrícola, que alterou (reduzindo) a própria composição da mão-de-obra ocupada no campo, bem como (aumentando) a composição da mão-de-obra utilizada na economia da cidade, devido a um fluxo de *migração*, crescente e contínuo, do campo para a cidade.

Para entendermos este fato, de acordo com o IBGE (a partir de dados dos censos agropecuários), Francisco Beltrão, até 1960, tinha apenas 5 tratores agrícolas usados na

agricultura, número que passou para 18 em 1970, passando para 346 em 1980 e para expressivos 430 em 1995/96!

Assim, paralelo a este considerável aumento no número de máquinas agrícolas (tratores) utilizadas na agricultura, principalmente entre o período de 1970 a 1980, houve uma redução do percentual e do número de habitantes que residiam no campo: em 1970, Francisco Beltrão tinha 23.394 habitantes vivendo no meio rural, que representavam 63,56% da população do município; em 1980, este número diminuiu para 20.473 habitantes, que equivalem a 41,99% da população total. A população urbana deste município, ao contrário do que ocorreu com a rural, aumentou nesse período, passando de 36,44% em 1970, para 58,01% em 1980.

Há que se ressaltar que entre o período de 1991 a 2000 este processo de diminuição absoluta e relativa da população do campo, com o oposto para a população da cidade (com o crescimento), tem continuado a ocorrer em Francisco Beltrão. De acordo com o IBGE, em 1991 a população rural diminuiu para 15.650 habitantes e em 2000 para 12.301 habitantes. Assim, o aumento verificado da população urbana se deu em detrimento da rural.

Um fator que teve forte influência neste processo de êxodo rural, do campo para a cidade, foi sem dúvida a “modernização da agricultura” em Francisco Beltrão. Como afirma Graziano da Silva (2002b, p. 62), a mecanização da agricultura diminuiu o tempo de trabalho a ser dispendido na produção agrícola, o que torna “disponível” parte da mão-de-obra, antes ocupada na agricultura, para ser ocupada em outras atividades produtivas (não-agrícolas). Neste sentido, Singer (1998, p. 22) entende que a migração do campo para a cidade ocorre devido à transformações nos meios técnicos de produção na agricultura, de um lado, e, de outro, devido a atração que a economia de determinadas cidades pode oferecer, quanto à “oferta” de emprego.

E, ainda, a “modernização da agricultura”, além, de diminuir a população do campo, através do endividamento dos agricultores e, posterior, migração para as cidades, não melhora as condições de vida do trabalhador, pelo contrário, pode até mesmo *agravá-las*:

a elevação do nível tecnológico das atividades rurais parece reunir todos os fios da meada, e constituir a maneira de atender a todos os interesses em jogo. É isso pelo menos que se ouve mais freqüentemente afirmado. Mas ainda aí é preciso distinguir, porque de um lado, a avaliação de uma técnica não se pode fazer em termos absolutos, sem consideração a outras circunstâncias que a fazem ou não recomendável em dada situação. A técnica

é um meio, e não um fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. Doutro lado, *o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las.* (PRADO JUNIOR, 1979, p. 27, grifo nosso).

Para Martine (1994, p. 12), esse “esvaziamento” populacional do campo para a cidade ocorre (principalmente a partir dos anos de 1970) em função da terceirização rural promovida pelas indústrias do frango/ovos de Santa Catarina, ou do fumo do Rio Grande do Sul. Estas empresas compraram terras e, conseqüentemente, expulsaram trabalhadores do campo para a cidade, também influenciando o setor rural com implementação de monoculturas, principalmente a soja, fumo e a criação de gado. Aliado a isso, ocorre a concentração dos agricultores na produção de frango nas empresas Sadia S/A e Galha Azul Avícola Ltda. Estas ainda atuam intensamente no interior do município de Francisco Beltrão, mantendo assalariados em suas propriedades privadas, ou levando diariamente assalariados da cidade para o campo para trabalhar (MONDARDO, 2005).

De acordo com os censos industriais do IBGE, Francisco Beltrão, no período de 1970 a 1980, aumentou de 294 para 484 estabelecimentos (entre indústrias, comércio e prestação de serviços). O número de pessoas acima de dez anos de idade ocupadas nos três setores de economia tipicamente urbana (indústria, comércio e prestação de serviços) aumentou de 4.165 pessoas, em 1970, para 12.347 pessoas, em 1980, e para 24.342 no ano de 2000. Na produção primária o número de pessoas acima de dez anos de idade ocupadas, diminuiu de 8.085, em 1970, para 7.122, em 1980, e para 6.075 no ano de 2000. A partir de dados dos censos demográficos de 1970 e 1980, observa-se que Francisco Beltrão tinha, em 1970, 2.974 pessoas residentes na zona urbana originários do campo, o que equivalia a 22,17% da população urbana, mas em 1980, esta passou para 9.461, cerca de 33,44% da população total do município.

Desta forma, a relação campo-cidade teve no campo o papel de gerar mão-de-obra para a cidade de Francisco Beltrão, principalmente, para as indústrias que se instalaram no município, como também para a construção civil que cresceu enormemente, a partir, da década de 1970.

A composição etária da população urbana e rural de Francisco Beltrão (a partir do censo demográfico de 2000) demonstra que é maior no campo o percentual de pessoas com menos de 18 anos de idade e acima de 60 anos, porém, na faixa entre 18 e 60 anos

de idade, a população urbana tem maior percentual (57,50% urbana, contra 54,10% rural). Neste sentido, ao que tudo indica, está ocorrendo uma saída do campo para a cidade de pessoas com idade principal de trabalho (entre 18 e 60 anos). Camarano & Abramovay (1999, p. 4), afirmam que são cada vez mais jovens os que têm deixado o campo, em função principalmente da busca de trabalho e estudos que o campo não os oferece atualmente.

Para Kautsky (1986, p. 245), saem do campo, primeiramente, as pessoas mais jovens, com idade para enfrentar o mercado de trabalho nas cidades. Isto indica que a reprodução econômica e social destes sujeitos expropriados pode estar comprometida no campo e na cidade. O mercado de trabalho da cidade tem sido uma alternativa “forçada” para a sua sobrevivência, ou ainda para atender aos sonhos e vontades de vida melhor. No entanto, há também muitos que lutam para continuar no campo, buscando novas terras, novos lugares para se reproduzirem enquanto camponeses:

ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: *a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo.* (OLIVEIRA, 1996, p. 26 .grifo nosso).

Para Kautsky (1986, p. 247), determinados ramos da indústria têm com a agricultura uma relação que caracteriza a expansão do grande capital para suas áreas de dominação. Isso se dá, por exemplo, quando um ramo industrial utiliza matéria-prima ou realiza um estágio de produção no campo, como acontece com os laticínios, que têm contratos de compra e venda com os produtores de leite. Em Francisco Beltrão, de acordo com dados da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), pode-se constatar que existe uma relação entre produtores rurais (de leite) com laticínios do Sudoeste Paranaense: a média de leite vendido pelos produtores aumentou em Francisco Beltrão, passando de 21.870,71 litros por produtor em 2002, para 40.084,63, em 2003. Estas empresas traçam (e tramam) suas áreas de dominação, suas redes de produção e de comercialização agropecuária, fazendo com que os produtores de leite de Francisco Beltrão (em sua maioria) também se tornassem “súditos” dos laticínios, como Kautsky, por exemplo, apontou ter ocorrido na Suíça, em relação à companhia Nestlé³.

Graziano da Silva (2003, p. 24), entende que as indústrias que trabalham no sistema de “integração” com produtores rurais, constituem uma forma de exploração do capital industrial sobre o produtor rural integrado. O autor cita o exemplo das empresas que trabalham com a produção e processamento de carne de aves, especialmente no sul do país.

De acordo com a SEAB-PR, Francisco Beltrão possui empresas que industrializam a carne de aves (principalmente de frangos), produzida em propriedades rurais, onde o produtor se compromete com a construção do local em que são criadas as aves (o aviário, o edifício) e com a mão-de-obra para criá-las, enquanto a indústria fornece as aves (jovens) e os insumos (rações, remédios etc.).

Para Graziano da Silva (2003, p. 31), a estratégia das empresas que trabalham no sistema de integração com produtores rurais, consiste em fazer com que o avicultor pense estar trabalhando em parceria com a empresa “integradora” e não trabalhando para a empresa, como acontece na realidade (a empresa paga quanto ela “quer”). Em outras palavras, as empresas tentam de toda forma alienar e/ou “enganar” os produtores rurais integrados, fazendo-lhes pensar que ganham com a produção agropecuária “integrada”, proporcionalmente, ao ganho da empresa, e, não reconhecem, assim, a relação de *subordinação* frente à indústria.

Assim, podemos ter em uma pequena propriedade com uma grande exploração pelo volume de produção, como no desenvolvido da avicultura em Francisco Beltrão. Sobre esse processo, de pequena propriedade e, da grande exploração pelo volume de produção, Lênin afirma que:

A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente em que a *pequena* exploração, *permanecendo pequena* pela extensão de terra, *transforma-se em grande exploração* pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc. (LENIN, 1980, p. 63 .grifo nosso).

Neste contexto, a relação de comercialização da produção agrícola é uma das formas das relações campo-cidade, que têm suas especificidades e, que, assim como o sistema de “integração” entre indústria e produtor rural, pode contribuir para a reprodução social e econômica, tanto do produtor rural, quanto do comerciante que, em geral, reside na cidade.

De acordo com Corrêa (1989, p. 58), o processo de comercialização da produção rural é muito complexo, mais de forma geral, “a cidade impõe ao campo um preço inferior aos praticados no meio urbano”. Sendo assim, de acordo com os dados do IBGE, observa-se que em Francisco Beltrão, houve, no período de 1970 a 1980, um aumento no número de estabelecimentos de comércio atacadista do ramo agropecuário (cereais em geral). No ano de 1980, este tipo de comércio já contribuía com 17,77% da receita de todo o comércio beltronense.

Neste aspecto, para Marx (2003b, p. 91), no capital comercial a extração da mais-valia surge porque o comerciante não paga ao capitalista industrial toda a mais-valia extraída do trabalho do proletariado industrial. Existe, assim, uma divisão da mais-valia entre o industrial e o comerciante. Se analisarmos a relação entre os comerciantes da produção agrícola a partir desta concepção de Marx, entenderemos que os produtores rurais, após venderem seus produtos condicionam, aos comerciantes, que permaneçam com parte da renda dos agricultores.

Uma das principais “faces” das relações campo-cidade, a ser considerada em Francisco Beltrão, é a existência de proprietários de estabelecimentos rurais que residem na cidade, desviando, assim, a renda da produção agropecuária para a cidade. De acordo com os censos agropecuários do IBGE, Francisco Beltrão, em 1980, tinha 5,52% dos estabelecimentos rurais (com 11,895% da área total) em que os proprietários residiam na cidade e em 1995/96, este número eleva-se para 10,06% dos estabelecimentos, para 22,06% da área total.

Assim, em 1995/96, 22,06% da área agrícola (do campo), tinha como proprietários pessoas que não residiam nas propriedades rurais, mas na cidade. Neste sentido, apoiando-se em Corrêa (1989), podemos considerar que

a drenagem da renda fundiária pela cidade constitui-se em muitas áreas um importante aspecto da vida social, econômico e política. A cidade constitui-se nesses casos, um lugar de residência de proprietários rurais ausentes [que não comparece, vive fora, nesse caso, na cidade] e este fato pode assumir enorme importância. (CORRÊA, 1989, p. 44).

De acordo com Graziano da Silva (2002b, p. 56), nas últimas décadas do século XX (principalmente a partir dos anos de 1990), ocorreram algumas transformações no campo que fariam jus a se chamar de *um novo rural brasileiro*. Surgem as ORNAs – ocupações rurais não-agrícolas –, tais como pedreiros, empregados domésticos, motoristas, entre outros, empregadas por pessoas que residem no meio rural.

Paralelamente, há um crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural (geralmente ligadas ao lazer, como os hotéis-fazenda, locais para recreação, associações, pesque-pagues etc). Somando-se a tais mudanças, Graziano da Silva (2002b, p. 57) chama atenção para o grande número de famílias ocupadas em tempo parcial na agricultura, ocupando outra parte do tempo em atividades não-agrícolas. Este autor as chama de famílias pluriativas.

Tais transformações caracterizaram o que Graziano da Silva (2002b, p. 81) chama de “novo rural” (atividades rurais não-agrícolas, pluriatividade etc.), sendo que, estas atividades estão ocorrendo em Francisco Beltrão, constituindo uma “nova face” das relações campo-cidade, que poderíamos chamar, por ora, de “urbanização do meio rural”, ou, melhor, “rurbanização”.

No entanto, essa concepção de “novo rural brasileiro”, apontado por Graziano da Silva (2002b), não é aceita por Oliveira (1996), uma vez que este “novo rural brasileiro” ainda reproduz contrastes e contradições de um “velho rural brasileiro”. Assim, haveria também uma “contra-face” maquiada (mas real e contraditória), desse “novo rural brasileiro”:

Se, de um lado, o capitalista avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. (OLIVEIRA, 1996, p. 11).

Atualmente, existem no município de Francisco Beltrão e, sobretudo no campo, vários parques, recantos, cachoeiras, enfim, áreas de lazer e recreação que se especializam e se materializam, de forma que complexificam as relações campo/cidade, e tornam, nestes casos, essas relações variadas e mais intensas.

Um outro aspecto das relações campo-cidade é a contribuição do êxodo rural para o crescimento da cidade de Francisco Beltrão, no que se refere, principalmente, ao aumento da população e à expansão do perímetro urbano. Isso se materializa em decorrência do surgimento de “novas” áreas residenciais geralmente localizadas no “limite” entre o urbano e o rural. Muitas famílias que vem morar para estes novos espaços na cidade - denominados de bairros periféricos -, são oriundas, sobretudo, da zona rural do município.

Considerações Finais

As relações campo-cidade, partindo-se do fator político e econômico, sobretudo, levam-nos a compreender que as empresas (laticínios, cerealistas, “agroindústrias integradoras”), criam suas redes de atuação: redes de escoamento da produção agrícola, redes de integração da indústria com o produtor rural etc. Criam seus territórios, que “aprisionam” os agricultores, ligando e desligando estes ao jogo (político e econômico) em e nas relações que se desenrolam e ocorrem *entre* campo e cidade. São redes recriadas (constantemente) pelas cooperativas, que (podem) libertar e aprisionar os agricultores, nas tramas territoriais circunscritas (historicamente) no território de Francisco Beltrão.

Neste sentido, estas e outras questões demonstram como são *complexas* as relações campo-cidade, e que uma vez compreendidas, poderão “revelar” a lógica dialética e contraditória do processo onde o homem, em suas relações sociais (relações de trabalho, de trocas comerciais, políticas, culturais etc.), transforma o espaço onde vive e materializa suas formas-conteúdos, a partir, de relações (de poder, na maioria das vezes) no território.

Dessa maneira, compreender as relações campo-cidade é uma forma de apreender a complexidade (e a singularidade) da(s) atividade(s) humana(s) sobre o espaço geográfico, ou seja, uma boa maneira de contribuir para com o objeto da Geografia, buscando entender a (re)produção do espaço social, do espaço humano.

Notas

¹ Para Wachowicz (1987, p. 85), o caboclo do Sudoeste paranaense não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no *sertão*, portanto, na floresta. Este deveria ter hábitos e comportamentos de sertanejo, ou seja, caça, pesca e coleta (produção para subsistência). Porém, o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura.

² Foge de nosso objetivo, demonstrar aqui, os conflitos e/ou choques culturais que ocorreram nesse processo de re-ocupação e de encontro e desencontro, entre caboclos e migrantes gaúchos e catarinenses.

³ Ao realizar seus estudos sobre a atuação dos laticínios em alguns países da Europa, no final do século XIX, este autor alertou para a capacidade de dominação dessas empresas sobre os produtores rurais: “são 180 aldeias que perderam sua independência econômica para se tornarem súditas da Companhia Nestlé. Extrinsicamente, os habitantes dessas aldeias ainda são proprietários de suas terras, mas intrinsicamente já não mais constituem camponeses livres” (KAUTSKY, 1986, p. 247).

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná**. 265f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; São Paulo, 1981.
- ALENTEJANO P. R. R. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2003. 280f. Tese (Doutoramento em Geografia). Rio de Janeiro, CPDA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.
- BAGLI, P. **Novas territorializações e territorialidades: o rural e o urbano em questão no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2004. (Relatório de pesquisa /FAPESP).
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. IPEA: Rio de Janeiro, 1999. (Texto para Discussão, 621)
- CORRÊA, Roberto L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. O Sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.1, p.87-98, jan./mar. 1970a.
- _____. Cidade e região no Sudoeste Paranaense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970b.
- FERES, João Bosco. **Propriedade da terra. Opressão e miséria – o meio rural na História Social do Brasil**. Amsterdam: CEDLA, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, José. (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- _____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 2002a, pp. 51-98.
- _____. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP. 2002b. (Coleção Pesquisas, 1).
- _____. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

IBGE. **Censo industrial de 1960**: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. v. 3 – Tomo 7.

_____. **Censo comercial e dos serviços de 1960**: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v. 6 – Tomo 10.

_____. **Censo agrícola de 1960**: Paraná e Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v. 2 – Tomo 12.

_____. **Censo demográfico – Paraná – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 1 – Tomo 19.

_____. **Censo industrial – Paraná – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 4 – Tomo 19.

_____. **Censo agropecuário – Paraná – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 3 – Tomo 19.

_____. **Censo comercial – Paraná – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 6 – Tomo 19.

_____. **Censo dos serviços – Paraná – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 7 – Tomo 19.

_____. **Censo agropecuário – Paraná – 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. v. 1 – Tomo 18.

_____. **Censo agropecuário – Paraná – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 2 – Tomo 3.

_____. **Censo demográfico – Paraná – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 1 – T. 4, 5 e 6.

_____. **Censo comercial – Paraná – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 4 – N° 20.

_____. **Censo dos serviços – Paraná – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 5 – N° 20.

_____. **Censo industrial – Paraná – 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 3 – N° 20.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD**: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 6.

_____. **Censo agropecuário – Paraná – 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. N° 22.

_____. **Censos econômicos de 1985 – municípios**: Região Sul – Indústria, Comércio e Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. v. 4.

_____. **Censo demográfico – Paraná – 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. N° 20.

_____. **Censo agropecuário – Paraná – 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. N° 20. (CD ROM).

_____. **Censo demográfico – Paraná – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. (CD ROM).

_____. **Censo demográfico – Paraná – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD ROM).

_____. **Censo demográfico – Paraná – 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, s/d. v. 1. Tomo 14.

_____. **Base Cartográfica do Paraná – 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich W. Mass. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse da terra no Sudoeste Paranaense**. 3 ed. Editora Grafit: Francisco Beltrão, 1998.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. 3 ed. Tradução de Rubens E. Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Lógica formal e lógica dialética**. 6 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LENIN, Vladimir I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Debates, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 1980.

MARTINS, Rubens da S. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba, [s.n],1986.

MARTINE, George. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 1994. (Texto para Discussão, 421).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 7. ed. São Paulo: Global, 1988.

_____; _____. **A ideologia alemã**. Tradução de Luiz C. Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro I. v. 2.

_____. **O capital**: crítica da economia política – o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. Livro I. v. 1.

_____. **O capital**: crítica da economia política – o processo de circulação do capital. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. Livro II.

MONDARDO, Marcos L. **As migrações e as transformações territoriais na Comunidade Barra do Rio Tuna – Francisco Beltrão – PR**. Francisco Beltrão/PR, 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia)-Unioeste, Francisco Beltrão, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC: Curitiba, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SAQUET, Marcos, A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria, E. B.; WHITACKER, Arthur M. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 157-186.

SOUZA, Itamar de. **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SILVA, A. F. da. **A relação cidade-campo**: como analisá-la? Natal: Imagem, 1998.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Economia política e urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: ed. UEL, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org.) **Una nueva ruralidad en América Latina ?** Buenos Aires: CLASCO/ASDI, 2001. p. 31-44.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. 2 ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

_____. **História do Paraná.** 6 ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1985.